



**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS
DIRETORIA GERAL**

Relatório de gestão do exercício 2016

Relatório de gestão do exercício 2016

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

IN - Instrução Normativa

TCU - Tribunal de Contas de União

DN - Decisão Normativa

CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CAU/AL - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas

DG - Direção Geral

SPS - Seleção Pública Simplificada

SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo

JUCEAL - Junta Comercial de Alagoas

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

IAB-AL - Instituto dos Arquitetos do Brasil, Regional Alagoas

CAT - Certidões de Acervos Técnicos

RRT - Registro de Responsabilidade Técnica

IGEO - Sistema de Inteligência Geográfica - CAU/BR

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Organograma e descrição dos Cargos do CAU/AL	
LIMITES ESTRATÉGICOS	ferramenta de acompanhamento utilizada no CAU/AL
Indicadores	Indicadores monitorados pelos CAU/AL
Notas Explicativas	Notas explicativas referentes ao exercício 2016
Mapa estratégico	Mapa estratégico do CAU/AL exercício 2016
Despesas com Pessoal	

Sumário

2 - APRESENTAÇÃO	6
2.1 APRESENTAÇÃO	6
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	8
INTRODUÇÃO SEÇÃO	8
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	8
3.2 NORMAS	10
3.3 HISTÓRICO	11
3.4 ORGANOGRAMA	12
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	18
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	18
4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	19
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	20
4.2 RESULTADOS	22
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	23
4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	24
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	27
4.3.3 RECEITAS	28
4.3.4 DESPESAS	30
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	32
4.5 INDICADORES	34
5 - GOVERNANÇA	40
5.1 GOVERNANÇA	40
5.2 DIRIGENTES	41
5.3 AUDITORIA	47
5.4 APURAÇÕES	48
5.5 GESTÃO RISCOS	49
5.6 REMUNERAÇÕES	50
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	51
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	52
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	52
6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	53
6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	56
6.1.3 GESTÃO DE RISCOS	57

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	58
6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	59
6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	60
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	64
7.1 CANAIS DE ACESSO	64
7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	65
7.3 TRANSPARÊNCIA	66
7.4 ACESSIBILIDADE	67
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	68
8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	68
8.2 NCASP	69
8.3 APURAÇÃO CUSTOS	70
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	71
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	103
9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU	103
9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO	104
9.3 DANOS AO ERÁRIO	105
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	106
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	106
11 - ANEXOS E APÊNDICES	107
INTRODUÇÃO SEÇÃO	107
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	107
ASSINATURA(S)	110
12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	111
12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	111

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

Na condição de Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, o CAU/AL elaborou seu Relatório de Gestão, conforme estrutura geral de conteúdos definidos no Anexo II à DN/TCU nº 154/2016, aplicável aos Conselhos, estrutura de conteúdos constante do Anexo Único da Portaria-TCU nº 59/2017, bem como, em conformidade às considerações e orientações disponíveis no sistema de apresentação o relatório de gestão ao TCU, o e-Contas.

Principais realizações da gestão no exercício

Atividade Atendimento: Tendo como objetivo assegurar a eficácia no atendimento, no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade, o CAU/AL realizou o total de 5.332 atendimentos em 2016, tendo como média de 20,19 atendimentos / dia, entre arquitetos e sociedade em geral. Também foram ofertados minicursos intitulados de "Tira dúvidas CAU", com turmas de até 05 profissionais, com foco no treinamento e difusão da tabela de honorários, resoluções do CAU e no sistema SICCAU, totalizando 105 profissionais capacitados;

Projeto Sou Arquiteto. E agora?: Com o objetivo de Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em arquitetura e urbanismo, foram realizadas ações em Instituições de Ensino Superior, na UFAL e UNIT, com temas sobre ética, atribuição profissional, normativas do CAU e em especial sobre Assistência Técnica, totalizando 470 participantes.

Projeto Prêmio Zélia Maia Nobre em Excelência no TFG: Projeto voltado aos estudantes em fase de conclusão de curso, tem como foco incentivar os formandos a participarem de concursos públicos de projeto de arquitetura, como forma de aprimorar o processo de projetar.

Projeto sede equipada: Realização da execução de reforma do imóvel próprio do CAU/AL e compra de equipamentos para atender as necessidades de funcionamento do CAU/AL, de forma adequada aos Arquitetos e sociedade.

Projeto Fiscalização sistemática: Com o planejamento do setor da fiscalização, foi possível apurar rapidamente as denúncias registradas no CAU, fiscalizar a capital e as principais cidades do interior, no total de 14 municípios, gerando 606 relatórios de fiscalização, 424 Notificações Preventivas e 3030 atividades técnicas fiscalizadas;

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

Devido à crise econômica do país, em 2016 o CAU/AL teve uma queda de arrecadação. Mediante a este cenário, a Comissão de Administração e Finanças CAF/AL emitiu a deliberação ° 01-004/2016, restringindo viagens, eventos e outros gastos que não fossem estritamente necessários, com exceção da área da fiscalização. O CAU/BR, através do Ofício Circular CAU/BR nº 6/2016-PR, com base na reunião ordinária de 02/09/2016 da CPF-CAU/BR, emitiu preocupação com o cenário de arrecadação baixa do CAU/AL e sugeriu ponderações na execução orçamentária. Diante do exposto, as ações do CAU/AL ficaram suspensas as atividades / projetos estratégicos locais. O orçamento do CAU/AL foi reformulado em meados de julho, rebaixando a previsão orçamentária para a realidade de arrecadação, o que tornou o CAU/AL como participante do CAU básico, ou seja, passou a receber recursos do

CAU/BR para manter suas atividades administrativas. O CAU/AL sendo básico combinado com a contenção de despesas, foi possível fechar a contabilidade de 2016 próximo ao programado na reformulação.

Outras informações úteis para despertar a atenção dos usuários do relatório

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

DENOMINAÇÃO COMPLETA	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CAU/AL	CNPJ	15.148.889/0001-26
NATUREZA JURÍDICA	AUTARQUIA FEDERAL	CONTATO	(82) 3313-3508
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	atendimento@caual.org.br		
PÁGINA INTERNET	www.caual.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Av. Comendador Gustavo Paiva, n. 2789 - Loja 08 - Ed. Norcon Empresarial		
CIDADE	Maceió	UF	AL
BAIRRO	Mangabeiras	CEP	57031510
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

O CAU/AL é o órgão fiscalizador, orientador, disciplinador e consultivo do exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista, conforme as diretrizes formuladas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, zelando pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, bem como pugnando pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e do Urbanismo no âmbito de sua jurisdição.

Além da competência prevista na legislação vigente cabe ao CAU/AL, especificamente, na sua jurisdição: Elaborar e alterar os respectivos Regimentos e demais atos administrativos; Cumprir e fazer cumprir o disposto na Lei nº 12.378/2010, no Regimento Geral e demais atos normativos do CAU/BR, e nos próprios atos no âmbito de sua competência; Criar Representações Regionais e Escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR; Criar colegiados com finalidades e funções específicas;

Realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma da Lei 12.378/2010, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo, mantendo o cadastro atualizado; Cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica - RRT; Fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos; Fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo; Julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do CAU/BR; Deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento; Sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação da Lei 12.378/2010 e a promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos; Representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos, estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência;

Manter relatórios públicos de suas atividades e divulgar suas ações institucionais; Firmar convênios com entidades públicas e privadas; celebrar contratos e acordos de cooperação técnica,

científica, e outros de seu interesse; Dar cumprimento às decisões aprovadas pelo Plenário Estadual; Colaborar com os poderes públicos, instituições de ensino, sindicatos, entidades de classe e associações profissionais, no âmbito de sua jurisdição, no estudo de problemas do exercício profissional e do ensino da Arquitetura e Urbanismo, propondo e contribuindo para a efetivação de medidas adequadas à sua solução e aprimoramento; Esclarecer quaisquer dúvidas sobre a aplicação da legislação reguladora do exercício profissional do Arquiteto e Urbanista, no âmbito da sua competência territorial; Indicar delegados com funções de Representação Regional, de orientação ou de observação a congressos, seminários, simpósios, concursos, encontros, exames ou eventos similares; Promover estudos, pesquisas, campanhas de valorização profissional, publicações e medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural do Arquiteto e Urbanista; e Valorizar, mediante reconhecimento público, profissionais e empresas que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento da Ciência da Arquitetura e Urbanismo. Examinar reclamações e representações acerca de registros.

Julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas; Organizar o sistema de fiscalização do exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo regulado pela Lei 12.378/2010; Instituir, em caráter permanente ou transitório, uma Diretoria, Comissões e Grupos de Trabalhos, necessários ao exercício de suas atribuições, fixando o número de membros e Autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação alienar bens imóveis.

Informações adicionais

3.2 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Regimento Interno do CAU/BR

Resoluções do CAU/BR

Regimento Interno do CAU/AL

Portarias Normativas CAU/AL

Deliberações Plenárias CAU/AL

Lei de licitações: 8.666/1993 e 10.520/2002

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

- Manual da Fiscalização CAU/BR

Informações adicionais

www.cau.br

3.3 HISTÓRICO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF foram criados com a Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. Uma conquista histórica para a categoria, que significa maior autonomia e representatividade para a profissão.

Autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, o CAU possui a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo” (§ 1º do Art. 24º da Lei 12.378/2010).

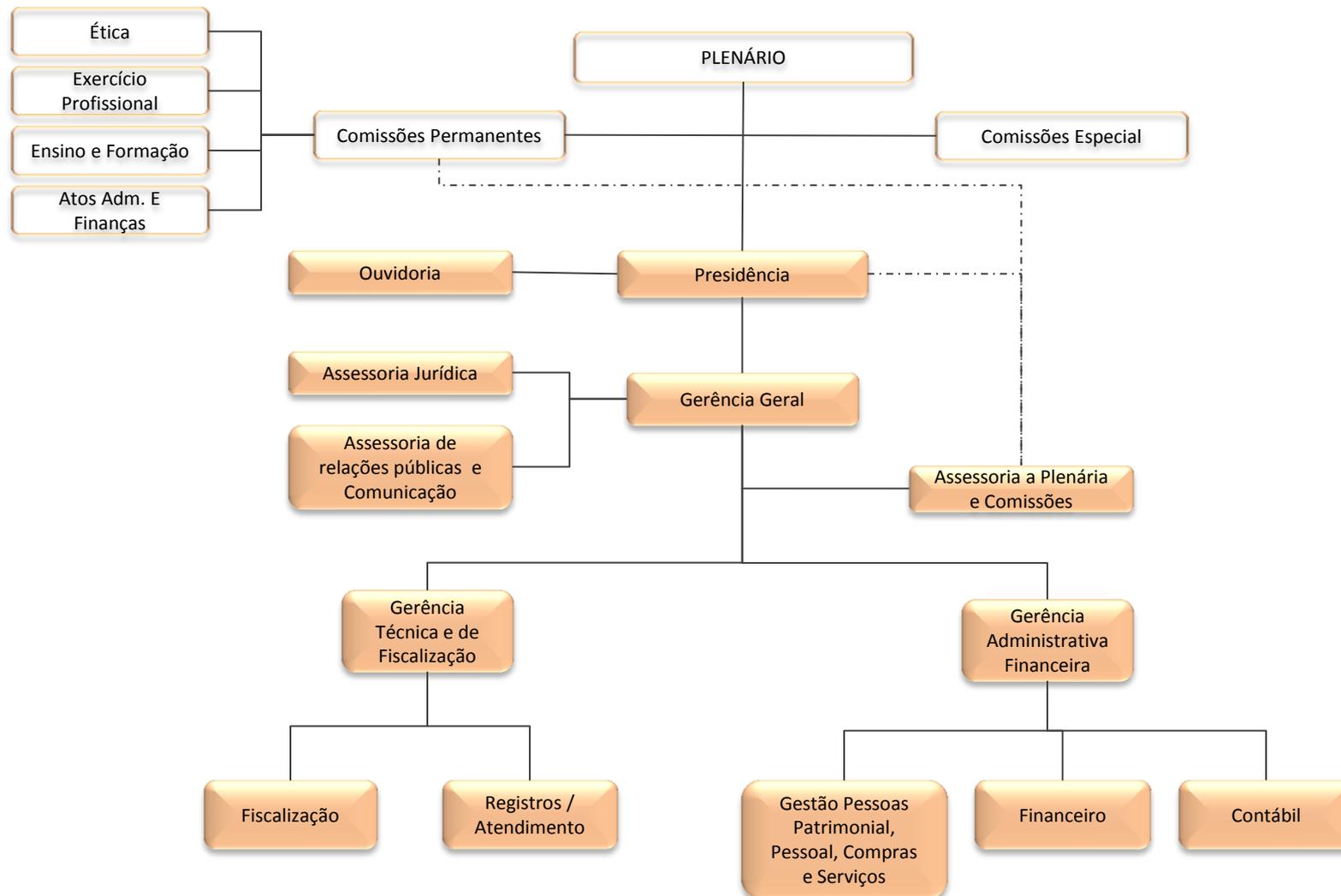
3.4 ORGANOGRAMA

ANEXO - Organograma e descrição dos Cargos do CAU/AL - Vide anexo do tópico 3.4 no final da seção

Organograma e descrição dos Cargos do CAU/AL - Anexo do tópico 3.4

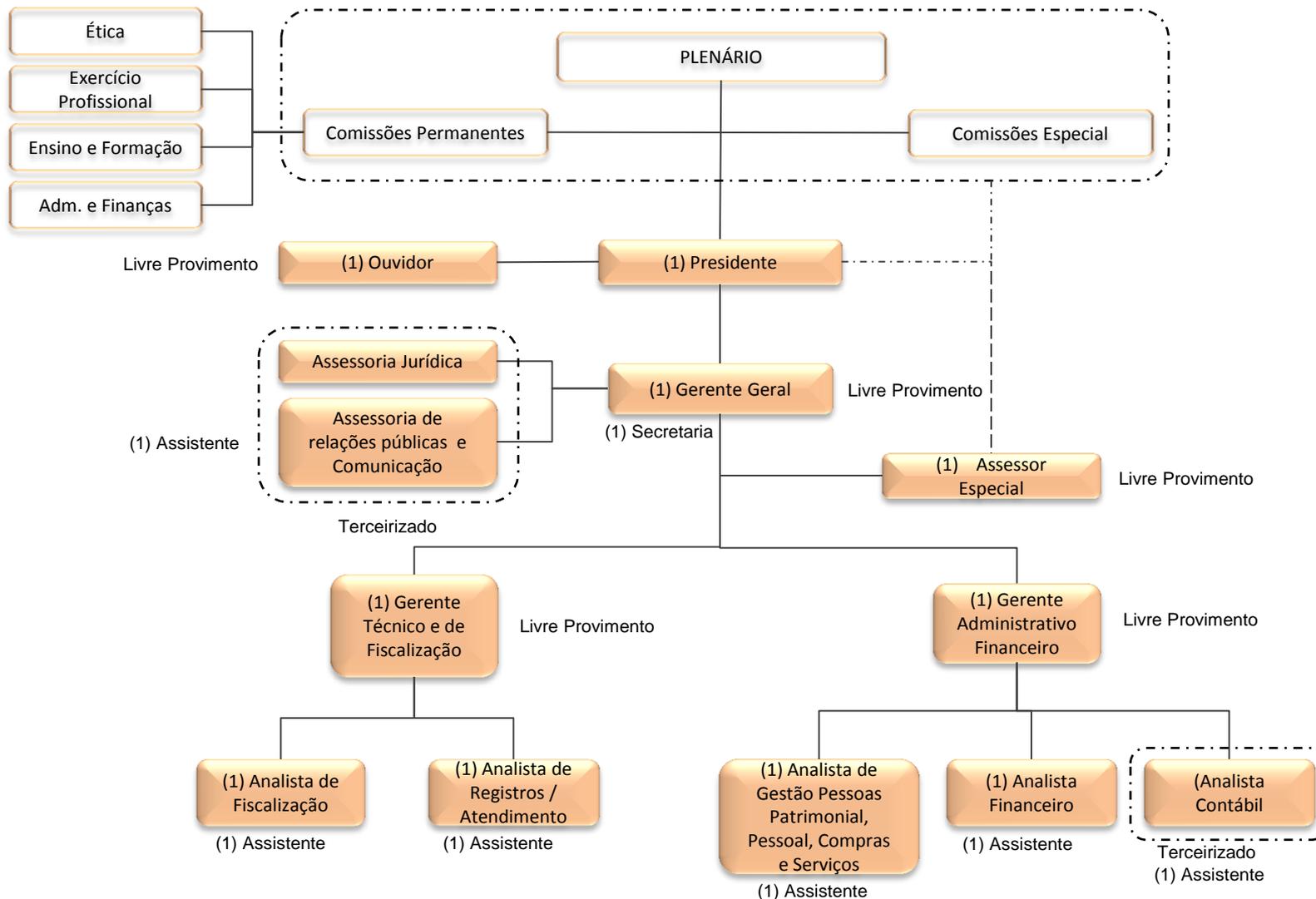


Áreas: CAU/AL – Aprovado em 09 de maio de 2013 durante a 17ª Sessão Plenária Ordinária





Cargos: CAU/AL – Aprovado em 09 de maio de 2013 durante a 17ª Sessão Plenária Ordinária



**CAU/AL**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de Alagoas

Descrição dos Cargos: CAU/AL – Aprovado em 09 de maio de 2013 durante a 17ª Sessão Plenária Ordinária

UNIDADE ORGANIZACIONAL	COMPETÊNCIAS	RESPONSÁVEL	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
CAU/AL	Planejar, organizar, executar e supervisionar as atividades do CAU/AL com base nas determinações do Presidente, fazendo cumprir as normas e instruções, com eficácia, para o desenvolvimento das rotinas de trabalho; Gerenciar e acompanhar as ações do Plano de Ação; Gerenciar e Avaliar o desempenho da equipe; Desenvolver ações motivacionais; Desenvolver e gerenciar sistema de indicadores de resultados; Desenvolver Planejamento Estratégico do CAU/AL; Elaborar relatório anual de gestão; Gestão do atendimento;	Norlan Dowell Vale de Brito	Gerente Geral	01/06/2012
CAU/AL	Planejar, organizar, executar e gerenciar as atividades da área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções, com eficácia, para o desenvolvimento das rotinas de trabalho; Aprovar conciliação bancária; Assinar memorando e comunicação interna; Elaborar e controlar cadastro dos funcionários; Emitir pareceres em processos; propor melhoria dos processos; Acompanhar a execução Orçamentária dos programas e ações; Atualizar as fichas funcionais; Classificar as despesas e acompanhar as cotas financeiras; Coordenar a Gestão de Fornecedores; Elaborar escala de férias dos funcionários; Elaborar planilhas de controle financeiro; Enviar mensalmente para o CAU/BR: balancetes, crédito disponível e conciliação bancária, conforme Resolução nº 29, de 06 de julho de 2012; Orientar os gestores nas atividades de planejamento, orçamento e controle financeiro; Participar do planejamento estratégico e acompanhar as ações do planejamento;	José Rodrigo Lopes Pedro	Gerente Administrativo Financeiro	02/05/2012
CAU/AL	Planejar, organizar, executar e supervisionar as atividades da área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções do CAU, com eficácia, para o desenvolvimento das rotinas de trabalho; Assessorar ao presidente, conselheiros e Gerencias do CAU; Auxiliar administrativamente membros da secretaria em plenárias, reuniões e eventos; Elaborar e controlar a distribuição de convites para reuniões; Elaborar e enviar comunicações institucionais (cartões, comunicados, etc.) para autoridades, empresários e representantes de classes em nome do Presidente; Recepcionar empresários	Luiz Alberto Medeiros de Sá	Assessor Especial	15/07/2013

**Descrição dos Cargos: CAU/AL – Aprovado em 09 de maio de 2013 durante a 17ª Sessão Plenária Ordinária**

	e visitantes no gabinete Acompanhamento do Presidente, Conselheiros em eventos externos; Secretariar as reuniões do Conselho; Solicitar orçamentos de toda a logística (salas, equipamentos, pessoal e etc.) das reuniões; Solicitar passagens aéreas e diárias de viagens;			
CAU/AL	Planejar, organizar, executar e supervisionar as atividades da área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, para o desenvolvimento das rotinas de trabalho; Analisar baixas de responsabilidade técnica e solicitações de baixa dos registros de responsabilidade técnica, quando do término da obra/serviço; Apoiar o atendimento sobre dúvidas dos Arquitetos na questão de atribuição profissional; Garantir o atendimento à comunidade, profissionais, empresas e a todos que tenham interface com a fiscalização; Pesquisar a satisfação de clientes; Planejar e assessor as comissões nas ações correlatas ao desempenho da sua atividade;	Manoel Buarque Filho	Assistente de Registro e Atendimento	14/04/2014
CAU/AL	Planejar, organizar as atividades da área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, para o desenvolvimento das rotinas de trabalho. Propor melhoria nos processos de fiscalização, emitir pareceres em processos, emitir auto de infração; Analisar assuntos referentes a atribuições de fiscalização e responsabilidade do exercício da profissão; Apoiar o atendimento sobre dúvidas dos Arquitetos na questão de atribuição profissional; Apurar denúncias; Atuar em campo, quando designado, em atividades de fiscalização; Executar ações de caráter preventivo, junto a profissionais e empresas, de forma a orientá-los no cumprimento da legislação que regulamenta as profissões vinculadas ao CAU/BR e CAU/UF;	Pedro Diogo Peixoto Dantas	Analista de Fiscalização	02/06/2014
CAU/AL	Planejar, organizar e gerenciar as atividades da Área de Fiscalização, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, para o desenvolvimento das rotinas de trabalho. Propor melhoria dos processos, emitindo pareceres, assinar memorando e Comunicação Interna e aprovando Instruções de trabalho da Área de fiscalização.	Thyago Aron Torres Santos	Gerente Técnico	01/09/2015

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a Unidade Nacional – CAU/BR e as Unidades Estaduais – CAU/UF, autarquia criada pela Lei 12.378/2010, tem como função “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”.

O Planejamento Estratégico busca através da avaliação dos resultados obtidos com a aplicação da estratégia atual, bem como de uma reflexão sobre os cenários de atuação e de recursos, estabelecer um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento Estratégico 2023.

O Planejamento estratégico 2023 foca nas prioridades, políticas, estratégias e resultados para o alcance da missão Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos e da visão Ser Reconhecido como Referência na Defesa e Fomento das Boas Práticas da Arquitetura e Urbanismo.

O Plano de Ação de 2016 realizado com base no Planejamento Estratégico até 2023, elaborado de forma integrada com os parceiros internos. Os projetos e atividades – metas, resultados e indicadores de desempenho, focaram a contribuição a cada objetivo estratégico.

O Plano de Ação do CAU/BR e dos CAU/UF para o exercício de 2016 seguem as premissas e orientações estratégicas traçadas no Planejamento Estratégico do CAU - na visão de longo prazo 2023, objetivando ao atendimento às perspectivas e objetivos estratégico que se apresentam no Mapa Estratégico. Para a elaboração do Plano de Ação, Planejamento Tático e Operacional, estruturado em iniciativas estratégicas - projetos e atividades vinculados aos objetivos estratégicos priorizados para o exercício, as orientações e destinações estratégicas de recursos estão em conformidade com as políticas e prioridades estabelecidas pelo Conselho, para 2016, na forma das Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação, aprovadas. No decorrer do exercício, frente às metas realizadas e resultados alcançados no período, bem como a novas políticas e diretrizes que se façam necessárias para um melhor desempenho da atuação do Conselho, na busca do alcance de sua Missão e Visão, e em prol do fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo, as correções de rumo que se fizeram necessários foram objeto de ajustes no processo das reprogramações do Plano de Ação e Orçamento 2016, que ocorreram no período, observando as prioridades e estratégias definidas nas Diretrizes para Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento do CAU, na forma aprovada pelo Plenário. Os limites e condições de alocação de recursos estratégicos para o exercício de 2016 situaram-se, praticamente, nas metas previstas/aprovadas para o exercício. As variações frente às metas previstas justificaram pelas adequações realizadas pelo CAU/BR, visando a um melhor atendimento às políticas e prioridades de atuação estabelecidas no alcance da Missão e Visão do Conselho.

4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Sobre o objetivo Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade, o CAU/AL realizou a realização de licitação e contratação de empresa de assessoria de comunicação especializada, como forma de atingir de forma mais clara e objetiva a sociedade e aos arquitetos, conforme "projeto Comunicação - Plano de mídia". Foi possível a realização de diversas matérias, entrevistas e informativos importantes.

Para Tornar a fiscalização em um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismos, o CAU/AL promoveu o "Projeto Fiscalização Sistemática", com foco no planejamento do setor da fiscalização, o que foi possível apurar rapidamente as todas denúncias registradas no CAU, fiscalizar a capital e as principais cidades do interior, no total de 14 municípios, gerando 606 relatórios de fiscalização, 424 Notificações Preventivas e 3030 atividades técnicas fiscalizadas. Trabalhos de orientação e educação também foi priorizado, então o setor da fiscalização realizou reunião com síndicos e sindicatos para o controle e exigência de profissionais habilitados nas obras e reparos de edifícios comerciais e residenciais, com a entrega de folder orientativo do CAU/AL.

Para Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo, o CAU aplicou o "Projeto Sou Arquiteto. E agora?", com ações realizadas em Instituições de Ensino Superior, na UFAL e UNIT, com temas sobre ética, atribuição profissional, normativas do CAU e em especial sobre Assistência Técnica, totalizando 470 participantes. Podemos destacar também o "Projeto Prêmio Zélia Maia Nobre de Excelência no TFG", projeto voltado aos estudantes em fase de conclusão de curso, tem como foco incentivar os formandos a participarem de concursos públicos de projeto de arquitetura, como forma de aprimorar o processo de projetar.

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

O CAU/AL tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão Arquitetura e Urbanismo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos arquitetos e urbanistas e pelo aperfeiçoamento da prática profissional, com vistas ao desenvolvimento regional e urbano sustentável e à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico, paisagístico, edificado e ambiental.

Autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, que constitui serviço público federal, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional, criado para cumprir a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo (§ 1º do Art. 24 da Lei 12.378/2010)

Missão/Finalidade institucional

A missão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo é “Promover a Arquitetura para todos”, com a visão de ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo. Sua finalidade Institucional visa à fiscalização do exercício da profissional de arquitetura e urbanismo.

Competências Legais

Conforme art. 34 da Lei 12.378, compete ao CAU:

- I - elaborar e alterar os respectivos Regimentos Internos e demais atos administrativos;
- II - cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência;
- III - criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR;
- IV - criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- V - realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma desta Lei, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo, mantendo o cadastro atualizado;
- VI - cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica;
- VII - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos;
- VIII - fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo;
- IX - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do CAU/BR;
- X - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;
- XI - sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação desta Lei e a promover o

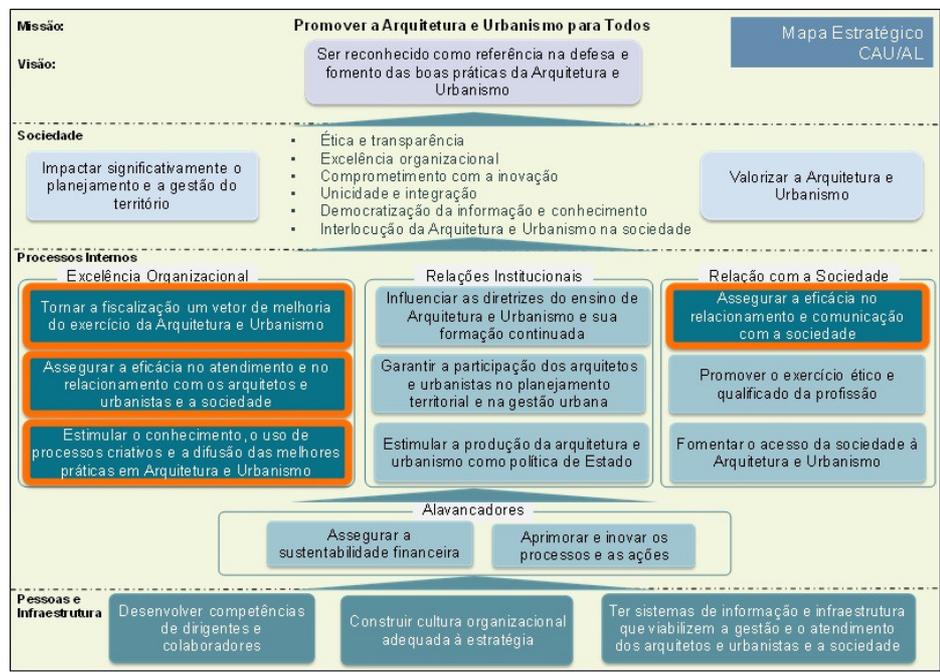
cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;

XII - representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência;

XIII - manter relatórios públicos de suas atividades; e

XIV - firmar convênios com entidades públicas e privadas.

Análise crítica



Mapa estratégico
Mapa estratégico do CAU/AL exercício 2016

4.2 RESULTADOS

ANEXO - LIMITES ESTRATÉGICOS - ferramenta de acompanhamento utilizada no CAU/AL - Vide anexo do tópico 4.2 no final da seção

Devido à crise econômica do país, em 2016 o CAU/AL teve uma queda de arrecadação. Mediante a este cenário, a Comissão de Administração e Finanças CAF/AL emitiu a deliberação ° 01-004/2016, restringindo viagens, eventos e outros gastos que não fossem estritamente necessários, com exceção da área da fiscalização. O CAU/BR, através do Ofício Circular CAU/BR n° 6/2016-PR, com base na reunião ordinária de 02/09/2016 da CPFI-CAU/BR, emitiu preocupação com o cenário de arrecadação baixa do CAU/AL e sugeriu ponderações na execução orçamentária. Diante do exposto, as ações do CAU/AL ficaram suspensas as atividades / projetos estratégicos locais. O orçamento do CAU/AL foi reformulado em meados de julho, rebaixando a previsão orçamentária para a realidade de arrecadação, o que tornou o CAU/AL como participante do CAU básico, ou seja, passou a receber recursos do CAU/BR para manter suas atividades administrativas. O CAU/AL sendo básico combinado com a contenção de despesas, foi possível fechar a contabilidade de 2016 próximo ao programado na reformulação. Ao longo de 2016 o CAU/AL focou a fiscalização em Edf. Residenciais e empresariais, com caráter educativo, e foi possível perceber um crescimento de arrecadação em comparação de agosto 2015 e agosto de 2016, por exemplo: Aumento de 12% na emissão de RRTs; Aumento de 33% na emissão da Taxa de RRT Extemporâneo; Aumento de 122% no pagamento de multas do RRT Extemporâneo. CAU/AL apontou como o 2° CAU/UF que mais fiscaliza proporcionalmente no Brasil por fiscal, tendo fiscalizado a capital e as principais cidades do interior, totalizando 14 municípios, cerca de 14% das cidades Alagoas. Foram gerados 606 relatórios de fiscalização, 424 Notificações Preventivas, totalizando 3030 atividades técnicas fiscalizadas. O setor de fiscalização também foi responsável por monitorar editais de concursos e licitações, tendo como resultado 08 impugnações, dentre elas, o da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 01 retificação de resolução – Res. 008/2015 TCE/AL.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA RECEITA

A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2016 atingiu o valor de R\$ 1.049.575,29, que corresponde a 97,04% da Receita Corrente que é de R\$ 1.081.617,00 e de 72,75% da Receita Orçamentária de 2016 que é de R\$ 1.442.725,00.

DA DESPESA

A despesa empenhada até o mês de dezembro de 2016 atingiu o valor de R\$ 1.281.714,62, que corresponde a 92,29% da Receita Corrente que é de R\$ 1.080.117,00 e de 88,84% da Proposta Orçamentária de 2016, que é de R\$ 1.442.725,00.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Comparando a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2016, constatou-se um Déficit Orçamentário no valor de R\$ 232.139,33 do valor arrecadado até o mês de dezembro de 2016.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual						
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	1.176.191,00	1.368.243,00	351.841,41	295.786,02	3.589,00	221.304,02	1.524.443,41	1.442.725,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	960.191,00	1.168.243,00	173.945,10	78.828,00	3.589,00	165.454,00	1.130.547,10	1.081.617,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	379.762,00	454.661,00	58.866,10	0,00	3.589,00	33.057,00	435.039,10	421.604,00
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	379.762,00	454.661,00	58.866,10	0,00	3.589,00	33.057,00	435.039,10	421.604,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	379.762,00	454.661,00	58.866,10	0,00	3.589,00	33.057,00	435.039,10	421.604,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	550.485,00	637.373,00	56.187,00	0,00	0,00	122.397,00	606.672,00	514.976,00
6.2.1.1.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	550.485,00	637.373,00	56.187,00	0,00	0,00	122.397,00	606.672,00	514.976,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	18.605,00	56.209,00	54.938,00	3.932,00	0,00	0,00	73.543,00	60.141,00
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS/MULTA DE MORA SOBRE ANUIDADES	18.605,00	26.209,00	27.993,00	3.932,00	0,00	0,00	46.598,00	30.141,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	30.000,00	26.945,00	0,00	0,00	0,00	26.945,00	30.000,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	30.000,00	26.945,00	0,00	0,00	0,00	26.945,00	30.000,00
6.2.1.1.1.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	74.896,00	0,00	0,00	0,00	74.896,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.339,00	20.000,00	3.954,00	0,00	0,00	10.000,00	15.293,00	10.000,00
6.2.1.1.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	11.339,00	20.000,00	3.954,00	0,00	0,00	10.000,00	15.293,00	10.000,00

6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	216.000,00	200.000,00	177.896,31	216.958,02	0,00	55.850,02	393.896,31	361.108,00
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	216.000,00	200.000,00	177.896,31	216.958,02	0,00	55.850,02	393.896,31	361.108,00
6.2.1.1.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	216.000,00	200.000,00	177.896,31	216.958,02	0,00	55.850,02	393.896,31	361.108,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.176.191,00	1.368.243,00	618.883,33	350.494,25	270.630,92	276.012,25	1.524.443,41	1.442.725,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.176.191,00	1.368.243,00	618.883,33	350.494,25	270.630,92	276.012,25	1.524.443,41	1.442.725,00
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	941.214,00	1.158.215,00	374.087,02	125.040,59	185.653,92	203.138,59	1.129.647,10	1.080.117,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	492.800,00	549.783,00	42.001,41	16.709,98	38.112,14	33.324,31	496.689,27	533.168,67
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	458.800,00	511.278,00	26.725,41	13.309,98	30.090,89	22.651,33	455.434,52	501.936,65
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	357.820,00	403.079,21	19.581,73	6.762,66	22.947,21	22.651,33	354.454,52	387.190,54
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	100.980,00	108.198,79	7.143,68	6.547,32	7.143,68	0,00	100.980,00	114.746,11
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS	34.000,00	38.505,00	15.276,00	3.400,00	8.021,25	10.672,98	41.254,75	31.232,02
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO	18.700,00	9.400,00	15.852,65	2.829,16	11.467,47	1.437,34	23.085,18	10.791,82
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO	18.700,00	9.400,00	15.852,65	2.829,16	11.467,47	1.437,34	23.085,18	10.791,82
6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	21.150,00	41.766,00	24.784,25	2.271,37	11.972,25	879,00	33.962,00	43.158,37
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	20.800,00	0,00	1.426,37	0,00	879,00	0,00	21.347,37
6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS	21.150,00	20.966,00	24.784,25	845,00	11.972,25	0,00	33.962,00	21.811,00
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	337.654,00	384.259,00	231.614,11	95.084,33	109.023,46	135.331,32	460.244,65	344.012,01
6.2.2.1.1.01.04.01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	122.500,00	164.235,00	33.045,00	13.580,00	40.101,32	55.704,30	115.443,68	122.110,70

6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	15.300,00	15.500,00	26.628,84	7.296,73	24.776,40	7.500,00	17.152,44	15.296,73
6.2.2.1.1.01.04.03 - MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	52.304,00	0,00	5.230,96	1.601,00	0,00	0,00	57.534,96	1.601,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS	125.800,00	173.524,00	135.631,50	69.732,77	32.243,94	62.402,52	229.187,56	180.854,25
6.2.2.1.1.01.04.06 - PASSAGENS	21.750,00	31.000,00	31.077,81	2.873,83	11.901,80	9.724,50	40.926,01	24.149,33
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS	24.000,00	25.500,00	13.517,16	145,75	5.078,60	998,62	32.438,56	24.647,13
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS	24.000,00	25.500,00	13.517,16	145,75	5.078,60	998,62	32.438,56	24.647,13
6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.910,00	147.507,00	46.317,44	8.000,00	10.000,00	31.168,00	83.227,44	124.339,00
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	36.910,00	37.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.910,00	37.990,00
6.2.2.1.1.01.07.02 - CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	10.000,00	32.028,00	41.087,00	8.000,00	10.000,00	31.168,00	41.087,00	8.860,00
6.2.2.1.1.01.07.03 - FUNDO DE RESERVA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	0,00	77.489,00	5.230,44	0,00	0,00	0,00	5.230,44	77.489,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	216.000,00	200.000,00	243.896,31	216.958,02	66.000,00	55.850,02	393.896,31	361.108,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	216.000,00	200.000,00	243.896,31	216.958,02	66.000,00	55.850,02	393.896,31	361.108,00
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	170.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	216.000,00	30.000,00	243.896,31	156.958,02	66.000,00	55.850,02	393.896,31	131.108,00
6.2.2.1.1.03 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	18.977,00	10.028,00	900,00	8.495,64	18.977,00	17.023,64	900,00	1.500,00
TOTAIS:	1.176.191,00	1.368.243,00	351.841,41	295.786,02	3.589,00	221.304,02	1.524.443,41	1.442.725,00

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Introdução à execução transferências de recursos

O CAU/AL realizou o repasse ao Fundo de Apoio aos CAUs/UF, bem como ao Centro de Serviços Compartilhados-CSC, conforme Resolução 72 de 23 de janeiro de 2014, Resolução 68 de 06 de dezembro de 2013 e Resolução 71 de 23 de janeiro de 2014.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

Beneficiário	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL	Contrato de repasse	Adimplente	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 77.489,00	R\$ 77.489,00
CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL	Contrato de repasse	Adimplente	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 37.990,00	R\$ 37.990,00

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	1.442.725,00	1.049.575,29	393.149,71
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	1.081.617,00	1.049.575,29	32.041,71
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	421.604,00	403.206,18	18.397,82
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	421.604,00	403.206,18	18.397,82
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADES	421.604,00	403.206,18	18.397,82
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Pessoa Física - do Exercício	396.494,00	380.277,52	16.216,48
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - 6.2.1.2.1.02.01.01.003 - Pessoa Jurídica - do Exercício	25.110,00	22.928,66	2.181,34
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	514.976,00	497.263,95	17.712,05
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	3.142,89	-3.142,89
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	0,00	3.142,89	-3.142,89
6.2.1.2.1.05.05 - 6.2.1.2.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	514.976,00	493.853,60	21.122,40
6.2.1.2.1.05.05.01 - 6.2.1.2.1.05.05.01 - RRT	514.976,00	493.853,60	21.122,40
6.2.1.2.1.05.07 - 6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	267,46	-267,46
6.2.1.2.1.05.07.08 - 6.2.1.2.1.05.07.08 - Direitos Autorais	0,00	267,46	-267,46
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	60.141,00	62.559,41	-2.418,41
6.2.1.2.1.06.02 - 6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	30.141,00	12.514,41	17.626,59
6.2.1.2.1.06.02.01 - 6.2.1.2.1.06.02.01 - Pessoas Físicas	30.141,00	12.514,41	17.626,59

6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	30.000,00	50.045,00	-20.045,00
6.2.1.2.1.06.05.04 - 6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	16.982,40	-16.982,40
6.2.1.2.1.06.05.04.001 - 6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Pessoas Físicas	0,00	16.982,40	-16.982,40
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.000,00	33.062,60	-3.062,60
6.2.1.2.1.06.05.07.001 - 6.2.1.2.1.06.05.07.001 - CDB/RDB - Títulos de Renda Fixa	30.000,00	33.062,60	-3.062,60
6.2.1.2.1.07 - 6.2.1.2.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	74.896,00	74.896,03	-0,03
6.2.1.2.1.07.06 - 6.2.1.2.1.07.06 - Fundo Nacional de Apoio aos CAU UF	74.896,00	74.896,03	-0,03
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	11.649,72	-1.649,72
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	10.000,00	7.759,45	2.240,55
6.2.1.2.1.08.02.01 - 6.2.1.2.1.08.02.01 - Pessoas Físicas	0,00	468,00	-468,00
6.2.1.2.1.08.02.03 - 6.2.1.2.1.08.02.03 - Documento de Fiscalização	10.000,00	7.291,45	2.708,55
6.2.1.2.1.08.03 - 6.2.1.2.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	3.879,26	-3.879,26
6.2.1.2.1.08.03.02 - 6.2.1.2.1.08.03.02 - Restituições	0,00	3.879,26	-3.879,26
6.2.1.2.1.08.04 - 6.2.1.2.1.08.04 - RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	11,01	-11,01
6.2.1.2.1.08.04.01 - 6.2.1.2.1.08.04.01 - Receitas Não Identificadas	0,00	11,01	-11,01
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	361.108,00	0,00	361.108,00
6.2.1.2.2.05 - 6.2.1.2.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	361.108,00	0,00	361.108,00
6.2.1.2.2.05.01 - 6.2.1.2.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	361.108,00	0,00	361.108,00
6.2.1.2.2.05.01.01 - 6.2.1.2.2.05.01.01 - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Superávit do Orçamento Corrente)	361.108,00	0,00	361.108,00

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.001.001 - Salários	276.110,86	350.346,66	276.110,86	350.346,66	0,00	0,00	276.110,86	350.346,66
Demais elementos do grupo	8.877,36	177.617,36	8.877,36	177.617,36	0,00	0,00	8.877,36	177.617,36
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	32.130,55	20.621,64	32.130,55	20.621,64	0,00	0,00	32.130,55	20.386,64
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.01.001.001 - Salários	276.110,86	350.346,66	276.110,86	350.346,66	0,00	0,00	276.110,86	350.346,66
6.2.2.1.1.01.01.001.003 - Gratificação de Natal - 13º Salário	22.654,43	28.901,00	22.654,43	28.901,00	0,00	0,00	22.654,43	28.901,00
6.2.2.1.1.01.01.002.001 - INSS Patronal	70.148,05	80.289,29	70.148,05	80.289,29	0,00	0,00	70.148,05	80.289,29
6.2.2.1.1.01.01.002.002 - FGTS	24.027,16	30.586,38	24.027,16	30.586,38	0,00	0,00	24.027,16	30.586,38
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - Funcionários	32.300,00	26.175,00	32.300,00	26.175,00	0,00	0,00	32.300,00	26.175,00
6.2.2.1.1.01.03.01.002 - Remuneração de Estagiários	0,00	20.303,22	0,00	20.303,22	0,00	0,00	0,00	20.303,22
6.2.2.1.1.01.04.01.001 - Consultoria Contábil	40.457,32	44.952,00	40.457,32	44.952,00	0,00	0,00	40.457,32	44.952,00
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Consultoria Jurídica	45.045,00	47.460,00	45.045,00	47.460,00	0,00	0,00	45.045,00	47.460,00
6.2.2.1.1.01.04.04.009 - Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	20.849,00	19.860,00	20.849,00	19.860,00	0,00	0,00	20.849,00	19.860,00
6.2.2.1.1.01.04.04.010 - Locação de Bens Imóveis	56.632,80	28.067,40	56.632,80	28.067,40	0,00	0,00	52.054,90	28.067,40
6.2.2.1.1.01.07.01.001 - Fundo Nacional de Apoio aos CAU UF	36.910,00	37.990,00	36.910,00	37.990,00	0,00	0,00	36.910,00	37.990,00

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Introdução aos resultados alcançados

PRINCIPAIS AÇÕES 2016:

Atividade Atendimento: Tendo como objetivo assegurar a eficácia no atendimento, no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade, o CAU/AL realizou o total de 5.332 atendimentos em 2016, tendo como média de 20,19 atendimentos / dia, entre arquitetos e sociedade em geral. Também foram ofertados minicursos intitulados de "Tira dúvidas CAU", com turmas de até 05 profissionais, com foco no treinamento e difusão da tabela de honorários, resoluções do CAU e no sistema SICCAU, totalizando 105 profissionais capacitados;

Projeto Sou Arquiteto. E agora?: Com o objetivo de Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em arquitetura e urbanismo, foram realizadas ações em Instituições de Ensino Superior, na UFAL e UNIT, com temas sobre ética, atribuição profissional, normativas do CAU e em especial sobre Assistência Técnica, totalizando 470 participantes.

Projeto Prêmio Zélia Maia Nobre em Excelência no TFG: Projeto voltado aos estudantes em fase de conclusão de curso, tem como foco incentivar os formandos a participarem de concursos públicos de projeto de arquitetura, como forma de aprimorar o processo de projetar.

Projeto sede equipada: Realização da execução de reforma do imóvel próprio do CAU/AL e compra de equipamentos para atender as necessidades de funcionamento do CAU/AL, de forma adequada aos Arquitetos e sociedade.

Projeto Fiscalização sistemática: Com o planejamento do setor da fiscalização, foi possível apurar rapidamente as denúncias registradas no CAU, fiscalizar a capital e as principais cidades do interior, no total de 14 municípios, gerando 606 relatórios de fiscalização, 424 Notificações Preventivas e 3030 atividades técnicas fiscalizadas;

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2016:

Atividade Atendimento: Atendimento diversos, o CAU/AL registrou um total de 5.332 atendimentos nas seguintes áreas: Total de 3.914, sendo que 2.317 via telefone, 630 via e-mail, 762 de forma presencial, e 215 via redes sociais: Facebook ou Whatsapp; Aplicação de pesquisa de satisfação (média de 9,7 de aprovação); Total de atendimentos: 5.332, tendo como média de 20,19 atendimentos / dia. Realização de 10 edições do mini curso "tira Dúvidas CAU", com foco na tabela de honorários totalizando 55 profissionais capacitados. 02 apresentações da Tabela de Honorários para arquitetos ligados ao setor do mercado imobiliário, totalizando 12 profissionais / escritórios capacitados. Mini curso Tira Dúvidas CAU, sobre normativas, resoluções e atribuições profissionais, totalizando 38 profissionais capacitados.

Projeto Sou Arquiteto. E agora?: 01 Palestra na semana de arquitetura e urbanismo da UFAL de Arapiraca com o tema "O paradigma do CAU" e 02 Palestras na semana de arquitetura e urbanismo da UNIT com o tema "CAU e a assistência técnica no Brasil", totalizando 470 participantes; Realização de 04 boas-vindas nas faculdades de arquitetura – com foco nas normativas do CAU/AL e atividade profissional, para cerca de 120 estudantes;

Projeto CaravanaCAU: Realização de 04 reuniões nos municípios de Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Rio Largo e Delmiro Gouveia, com o protocolo de Ofícios sobre orientações das atribuições profissionais, colaboração entre as fiscalizações e a realização de fiscalização in loco;

Projeto Fiscalização sistemática: CAU/AL apontou como o 2º CAU/UF que mais fiscaliza proporcionalmente no Brasil por fiscal, tendo fiscalizado a capital e as principais cidades do interior, totalizando 14 municípios, cerca de 14% das cidades Alagoas. Foram gerados 606 relatórios de fiscalização, 424 Notificações Preventivas, totalizando 3030 atividades técnicas fiscalizadas. O setor de fiscalização também foi responsável por monitorar editais de concursos e licitações, tendo como resultado 08 impugnações, dentre elas, o da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 01 retificação de resolução – Res. 008/2015 TCE/AL.

Projeto Dia do Arquiteto (Prêmio TFG): Realização de 03 visitas de divulgação as faculdades participantes do Prêmio Zélia Maia Nobre, para estimular, difundir e incentivar a participação dos formandos em concursos de projeto de arquitetura, totalizando cerca 100 estudantes; Realização do Prêmio Zélia Maia obre em excelência no TFG, com a premiação de 01 primeiro colocado, 01 segundo colocado , 01 terceiro colocado e 01 menção honrosa, com a entrega de bolsas de estudos de pós graduações para os 02 primeiros colocados, notebook para os 03 primeiros colocados e 01 impressora A3 para o 1º colocado, conforme edital publicado. Neste dia, também foi realizado o evento comemorativo do dia do arquiteto, para 150 pessoas; inauguração da obra da sede definitivas / própria do CAU/AL;

4.5 INDICADORES

ANEXO - Indicadores - Indicadores monitorados pelos CAU/AL - Vide anexo do t3pico 4.5 no final da se73o

LIMITES ESTRATÉGICOS - ferramenta
de acompanhamento utilizada no CAU/AL
- Anexo do tópico 4.2



BASE DE CÁLCULO	APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	1. Receita de Arrecadação	966.721	937.726	97,0
	2. Recursos do fundo de apoio (CAU Básico)	74.896	74.896	100,0
	3. Soma (1+2)	1.041.617	1.012.622	97,2
	4. Aportes ao Fundo de Apoio	37.990	37.990	100,0
	5. Aportes ao CSC + Fundo de Reserva do CSC	79.090	77.489	98,0
	6. Receita da Arrecadação Líquida (RAL = 3 - 4 - 5)	924.536	897.143	97,0

BASE DE CÁLCULO	FOLHA DE PAGAMENTO	Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	A. Pessoal e Encargos (Valores totais)	492.403	501.789	1,9
	B. Valor total das rescisões contratuais, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano de saúde e demais benefícios.			-
	C. Receitas Correntes	1.081.617	1.049.575	(3,0)

BASE DE CÁLCULO	LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	Fiscalização (mínimo de 20% do total da RAL)	Valor	245.612	248.346	101,1
		%	26,6%	27,7%	1,1
	Atendimento (mínimo de 10% do total da RAL)	Valor	206.157	210.037	101,9
		%	22,3%	23,4%	1,1
	Comunicação (mínimo de 3% do total da RAL)	Valor	25.489	20.000	78,5
		%	3,0%	2,2%	(0,7)
	Patrocínio (máximo de 5% do total da RAL)	Valor	10.028	-	-
		%	1,1%	0,0%	(1,1)
	Objetivos Estratégicos Locais (mínimo de 6% do total da RAL)	Valor	89.189	41.140	46,1
		%	9,6%	4,6%	(5,1)
	Reserva de Contingência (até 2% do total da RAL)	Valor	8.496	6.996	82,3
		%	1,0%	0,8%	(0,2)

BASE DE CÁLCULO	LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	Despesa com Pessoal (máximo de 55% sobre as Receitas Correntes. Não considerar despesas decorrentes de rescisões contratuais, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano de saúde e demais benefícios)	Valor	492.403	501.789	1,9
		%	45,5%	47,8%	2,3
	Capacitação (mínimo de 2% e máximo de 4% do valor total das respectivas folhas de pagamento - salários, encargos e benefícios)	Valor	10.000	-	(100,0)
%		2,0%	0,0%	(0,0)	

COMENTÁRIO (form.Q):

A atuação do CAU/AL, visando atender às prioridades e estratégias de atuação, está contemplada nos objetivos estratégicos, conforme demonstrado em seu Mapa Estratégico que são além de Atendimento e Fiscalização, "Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade" e "Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo". Os percentuais de aplicação de recursos estratégicos, de acordo com os limites aprovados no Plano de Ação, para Fiscalização, Atendimento e Despesa com pessoal foram atendidos próximos aos limites previstos. Em Comunicação, Patrocínio, Objetivos Estratégicos Locais e Capacitação os valores encontram-se abaixo do previsto. Cabe mencionar que o valor dos Aportes do CSC+ Fundo de Reserva do CSC teve sua execução registrada a menor face ao ajuste financeiro procedido pela Gerência de Orçamento e Finanças do CAU/BR que envolveram os recursos referentes ao Estudo de Gestão do Centro de Serviços Compartilhados - CSC e o Encontro de Contas - CSC-TAQ e 0800 definidos na Reprogramação de 2016. Conforme justificativas apresentadas pelo CAU/AL, menciona-se: "a contratação de assessoria de comunicação atrasou, devido a impugnações e questionamentos realizados durante o processo licitatório. A contratação ocorreu em junho de 2016, não sendo possível a execução conforme previa o orçamento. Apesar da contratação ter sido realizada ao final do primeiro semestre, o CAU/AL obteve o valor aproximado de R\$ 124.861,00 de mídia espontânea em diversos meios de comunicação do Estado. Devido a mudanças no planejamento, o CAU/AL não adotou política de patrocínio em 2016. Mediante o cenário de crise, a Comissão de Administração e Finanças CAF/AL emitiu a deliberação nº 01-004/2016, restringindo viagens, eventos e outros gastos que não fossem estritamente necessários, com exceção da área da fiscalização. O CAU/BR, através do Ofício Circular CAU/BR nº 6/2016-PR com base na reunião ordinária de 02/09/2016 da CFFI-CAU/BR, emitiu preocupação com o cenário de arrecadação baixa do CAU/AL e sugeriu ponderações na execução orçamentária. Por isso, algumas ações do CAU/AL foram suspensas". Salienta-se que de acordo com os limites mínimos estabelecidos nas Diretrizes do Plano de Ação 2016, os limites de Comunicação (com 2,2%), Objetivos Estratégicos Locais (com 4,6%) e Capacitação (sem execução) não foram alcançados. Dessa forma, pode-se concluir que o CAU/AL emvidou esforços para efetivar suas realizações em conformidade com o previsto, buscando a um melhor atendimento às políticas e prioridades de atuação estabelecidas pelo CAU/UF no âmbito da Missão e Visão do Conselho. Cabe ressaltar que o CAU/AL utiliza a ferramenta de acompanhamento conforme Resolução nº 101/2015 do CAU/BR.

Indicadores - Indicadores monitorados pelos CAU/AL - Anexo do t3pico 4.5

Orientação: Preencher apenas os indicadores que foram trabalhados em 2016. Caso nenhum indicador tenha sido trabalhado em 2016, por favor, justificar. Segue exemplo de justificativa: "Em 2016, não foram elaborados no processo de planejamento e gestão da estratégia, os itens vinculados ao mapa estratégico, que serão implantados a partir de 2017."

3. INDICADORES ESTRATÉGICOS						
7. INDICADORES DE RESULTADO						
Tomar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice da capacidade de fiscalização (Estados)	$\frac{\text{quantidade de serviços fiscalizados pelo CAU/UF}}{\text{número de serviços em execução conhecidos no Estado (acumulado no ano)}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	38%	49%	Foram gerados 606 relatórios de obras, que em média devem possuir 05 atividades técnicas registradas e necessárias para a expedição de alvará (Rf, Maceó), totalizando assim 3.030 atividades técnicas fiscalizadas, o que representa 44,87% do total das atividades registradas nos RRT emitidos e pagos em 2016 (6.750).
Índice de presença profissional nos serviços fiscalizados (Estados)	$\frac{\text{quantidade de presença profissional (com RRT)}}{\text{número de serviços fiscalizados no Estado (acumulado no ano)}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	40%	75%	O foco da fiscalização do CAU/AL foi em edif. Residenciais e empresariais, sendo o sistema de condomínio, por muitas vezes, já incorporou a exigência de ser ter profissional habilitado nas obras e reparos. Esse trabalho vem sendo realizado pelo CAU/AL desde 2015 com a distribuição de cartilhas informativas com base na RRT 1530. Foram gerados 606 relatórios de obras, e estes, 151 vieram Auto de Infração, ou seja, 70% de regularização das obras fiscalizadas.
Índice de RRT por m² por profissional ativo (Estados)	$\frac{\text{número total de RRT registrados por mês}}{\text{número total de profissionais ativos no Estado}}$	trimestral	23/12/2016	4	4,4	Foi considerado para efeitos de cálculos: n° de profissionais ativos (1.489) n° de RRTs pagas no ano (6.448) está indicado SICCAU. A referência dos dados do n° de profissionais ativos foi com base ao divulgado no portal da transparência do CAU/BR.
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com arquitetos e urbanistas e a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de atendimento (Estados)	$\frac{\text{número de solicitações tratadas em até 30 dias}}{\text{número de solicitações}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	100%	100%	O CAU/AL registrou um total de 5.332 atendimentos. Foram dados tratamentos em 100% das demandas que dependem do CAU/AL. Os atendimentos que dependem do CAU/BR foram abertos através do canal de atendimento "GADS", monitorados e dado resposta em ato contínuo ao posicionamento do CAU/BR.
Índice de satisfação com a solução da demanda (Estados)	$\frac{\text{número de usuários satisfeitos com a solução da demanda}}{\text{número de usuários que responderam a pesquisa}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	95%	97%	Meta atendida. O CAU/AL aplica desde o ano 2012 pesquisa de satisfação presencial e via e-mail para os cidadãos-usuários. Os dados são compilados trimestralmente e divulgados semestralmente em formato de matéria jornalística nos meios de comunicação do CAU/AL.
Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a criação das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice da intenção (plano) de investimento em patrocínios (Estados)	$\frac{\text{valor orçamentário destinado a patrocínios}}{\text{orçamento total}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	1%	0%	Devido a crise econômica do país, em 2016 o CAU/AL teve uma queda de arrecadação. Mediante a este cenário, a Comissão de Administração e Finanças CAU/AL emitiu a deliberação "01-0004/2016" restringindo viagens, eventos e outros gastos que não fossem estritamente de atividades institucionais do CAU. Devido a isto, o projeto de patrocínio foi descontinuado.
Índice da capacidade de execução dos investimentos em patrocínios (Estados)	$\frac{\text{valor orçamentário investido (executado) em patrocínios}}{\text{valor orçamentário destinado a patrocínios}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	100%	0%	Devido a crise econômica do país, em 2016 o CAU/AL teve uma queda de arrecadação. Mediante a este cenário, a Comissão de Administração e Finanças CAU/AL emitiu a deliberação "01-0004/2016" restringindo viagens, eventos e outros gastos que não fossem estritamente de atividades institucionais do CAU. Devido a isto, o projeto de patrocínio foi descontinuado.
Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de presença na mídia como um todo (Estados)	$\frac{\text{número de inserções na mídia em geral onde o CAU foi citado}}{\text{total de notícias sobre questões de Arquitetura e Urbanismo}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	60%	(monitorado pelo CAU/BR)	A licitação para contratação de assessoria de comunicação através, devido a impugnações e questionamentos. A contratação ocorreu em junho de 2016. Devido a isto, o indicador não avaliado.
Índice de inserções positivas na mídia (Estados)	$\frac{\text{número de inserções positivas do CAU na mídia}}{\text{total de inserções do CAU na mídia}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	65%	(monitorado pelo CAU/BR)	A licitação para contratação de assessoria de comunicação através, devido a impugnações e questionamentos. A contratação ocorreu em junho de 2016. Devido a isto, o indicador não avaliado.
Promover o exercício ético e qualificado da profissão	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de eficiência na conclusão de processos éticos (Estados)	$\frac{\text{número de processos éticos concluídos em um ano}}{\text{número total de processos éticos}} \times 100$	anual	23/12/2016	100%	100%	04 Processos instaurados. 04 Processos transitados em juízo.
Fomentar o senso de sociedade à Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de RRT por população (1.000 habitantes) (Estados)	$\frac{\text{número total de RRT do Estado}}{\text{população do Estado (1000 habitantes)}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	4	2,11	CAU/AL foi um dos estados que registrou maior queda de arrecadação, refletido no n° de RRTs emitidos.
Assegurar a sustentabilidade financeira	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de receita por arquiteto e urbanista ativo no Estado (Estados)	$\frac{\text{receita corrente do Estado}}{\text{arquiteto e urbanista ativo no Estado}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	767,08	714	CAU/AL foi um dos Estados que registrou maior queda de arrecadação. A queda não representou um valor maior, pois o CAU/AL passou a ser CAU BR/DF e recebeu o repasse financeiro do CAU/BR. Foi considerado para efeitos de cálculos: n° de profissionais ativos (1.489) e orçamento de 1.069.575,00.
Relação receita/custo de pessoal (Estados)	$\frac{\text{custo de pessoal do Estado}}{\text{receita corrente do Estado}} \times 100$	trimestral	23/12/2016	54%	47,8%	CAU/AL foi um dos Estados que registrou maior queda de arrecadação, porém, mediante ao cenário econômico desfavorável, não houve a contratação do 2° fiscal conforme previsto no orçamento, mantendo o percentual de custo de pessoal abaixo do projetado.
Índice de inadimplência passiva física (Estados)	$\frac{\text{total de profissionais inadimplentes}}{\text{total de profissionais ativos}} \times 100$	mensal	23/12/2016	15,6%	28,8	
Índice de inadimplência passiva jurídica (Estados)	$\frac{\text{total de empresas inadimplentes}}{\text{total de empresas ativas}} \times 100$	mensal	23/12/2016	25,4%	40,4%	

ORIENTAÇÃO: Informar as metas previstas obrigatoriamente relacionadas aos indicadores apresentados, por objetivo estratégico, no Plano de Ação 2016.

5 - GOVERNANÇA

5.1 GOVERNANÇA

O CAU/AL tem sua estrutura e funcionamento definidos por meio de Regimento Interno, sendo organizado pelo Plenário, Presidência, Comissões Ordinárias, Comissões Especiais e Colegiado Permanente com a participação das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas.

O plenário é constituído por conselheiros titulares em número definido no Art. 35 da Lei nº 12.378/2010, onde cada titular tem um suplente, sendo de sua competência apreciar e decidir sobre os assuntos de interesse do CAU/AL, tais como: atos da administração, orçamentário e financeira.

As Comissões Ordinárias têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, relacionada à ética, ao exercício profissional, à gestão administrativo-financeira e à organização do CAU/AL, bem como à comunicação e aos relacionamentos institucionais, sendo constituída, por no mínimo, três conselheiros estaduais, eleitos pelo Plenário na primeira eleição do ano. No âmbito do CAU/AL são constituídas 04(quatro) comissões permanentes, sendo formada da seguinte maneira:

Comissões Permanentes:

- Comissão de Administração e Finanças - CAF
- Comissão de Exercício Profissional - CEP
- Comissão de Ética e Disciplina - CED
- Comissão de Ensino e Formação - CEF

As comissões especiais, por sua vez, têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, respeitando as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de sua instituição.

Sendo constituída, no âmbito do CAU/AL, a Comissão Especial de Política Profissional, Política Urbana e Ambiental – CEPPPUA.

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	TANIA MARIA MARINHO DE GUSMÃO
CPF:	164.654.584-20
Cargo:	PRESIDENCIA
Registro Profissional:	CAU N° A84816
Entidade:	CAU/AL
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
Data do Ato de designação:	10/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	DANIEL DE GOUVÊA LEMOS
CPF:	534.405.794-68
Cargo:	VICE-PRESIDENTE
Registro Profissional:	CAU N° A21682-8
Entidade:	CAU/AL
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
Data do Ato de designação:	10/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	NISE DE ARAUJO SARMENTO
CPF:	321.491.904-00
Cargo:	CONSELHEIRO
Registro Profissional:	CAU N° A7375-0
Entidade:	CAU/AL
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	
Ato de designação:	11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
Data do Ato de designação:	10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: EDGAR FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO

CPF: 448.898.794-04

Cargo: CONSELHEIRO

Registro Profissional: CAU nº A12606-3

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: HERMES TEIXEIRA CAMPÊLO

CPF: 478.767.514-15

Cargo: CONSELHEIRO

Registro Profissional: CAU nº A18381-4

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: VIVALDO FERREIRA CHAGAS JÚNIOR

CPF: 022.930.854-65

Cargo: CONSELHEIRO

Registro Profissional: CAU nº A44505-3

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: JOSÉ DAVID PACHECO GUERRA

CPF: 152.126.534-87

Cargo: CONSELHEIRO

Registro Profissional: CAU nº A12445-1

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: NADJA BARROS FERNANDES

CPF: 524.429.774-00

Cargo: CONSELHEIRO

Registro Profissional: CAU nº A18568-0

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: RICARDO VICTOR RODRIGUES BARBOSA

CPF: 940.450.544-72

Cargo: CONSELHEIRO

Registro Profissional: CAU nº A35565-8

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: PEDRO CABRAL DE OLIVEIRA FILHO

CPF: 228.826.854-91

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: CAU nº A4100-9

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: ANA PAULA MARINHO DE CARVALHO GUEDES

CPF: 580.603.404-68

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: CAU nº A26586-1

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: MARGÁRIA MERCIA CARVALHO OLIVEIRA FRANÇA

CPF: 309.912.344-72

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: CAU nº A16161-6

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de

**dirigentes e exigências
quanto ao perfil:**

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

**Data do Ato de
designação:** 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: JACQUELINE PIMENTEL MOURA

CPF: 303.998.074-20

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: CAU nº A13152-0

Entidade: CAU/AL

**Processo de escolha de
dirigentes e exigências
quanto ao perfil:**

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

**Data do Ato de
designação:** 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: FRANCISCO ANDRÉ GOMES SANTOS

CPF: 539.961.434-00

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: CAU nº A17121-2

Entidade: CAU/AL

**Processo de escolha de
dirigentes e exigências
quanto ao perfil:**

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

**Data do Ato de
designação:** 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: BÁRBARA CÉSAR BARROS

CPF: 065.925.654-11

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: CAU nº A96767-0
Entidade: CAU/AL
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:
Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
Data do Ato de designação: 10/12/2014
Data inicial do mandato: 01/01/2015
Data final do mandato: 31/12/2015

Informações adicionais

Dirigente: MARCUS AURELIO DE LUCENA TAVARES

CPF: 140.376.614-20

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: CAU nº A7852-2

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2015

Informações adicionais

Dirigente: IANARA ALVES DO AMARAL MANSUR

CPF: 678.360.034-34

Cargo: CONSELHEIRO SUPLENTE

Registro Profissional: CAU nº A18567-1

Entidade: CAU/AL

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Ato de designação: 11ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Data do Ato de designação: 10/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

5.3 AUDITORIA

No âmbito de funcionamento dos CAU, tanto o nacional quanto os estaduais e do Distrito Federal, uma das instâncias de controle é a realização de auditoria junto aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, com o objetivo de garantir a observância dos princípios constitucionais de legalidade, moralidade e eficiência na gestão pública. O processo é realizado por empresa de auditoria independente especialmente contratada para tal fim. As principais conclusões da auditoria realizada no CAU/UF estão no documento anexo Relatório dos Auditores Independentes. Ressalta-se, ainda, a Comissão de Contas que cumprem papel similar, efetuando vistas, observações, sugestões, recomendações e apontamentos sobre todas as contas (balancetes, balanços), orçamento anual, Plano de Ação, reformulações e transposições, execução orçamentária (desempenho da arrecadação e gastos por unidade de contas, projeto/atividade), e ainda análise dos relatórios com informações gerenciais.

5.4 APURAÇÕES

Descrição da execução das atividades de correção, principais eventos apurados e as providências adotadas

Não foi identificado até o momento nenhum ilícito no CAU/AL e nem houve a necessidade de instauração dessa estrutura.

Informações adicionais

5.5 GESTÃO RISCOS

O CAU/AL ainda implementará ações voltadas para a gestão dos riscos, atualmente, tem atuada juntamente com a Comissão de Administração e Finanças para análise do andamento dos processos administrativos, bem como dos relatórios de receitas e despesas.

5.6 REMUNERAÇÕES

Art. 40, da Lei 12.378/2010. O exercício das funções de presidente e de conselheiro do CAU/BR e dos CAUs não será remunerado.

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	Foi realizado o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, segundo os ditames jurisprudenciais do TCU, sem prejuízo da melhor forma de assegurar-se a qualificação técnica de possíveis licitantes, nos limites legais.		
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SOCIEDADE SIMPLES	CPNJ DA CONTRATADA	54.276.939/0001-79
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Major Quédinho, nº 90, 3º andar, Bairro Consolação, CEP: 01050-030, São Paulo – SP		
CONTATO	Tel: +55 (11) 3848 5880 Fax: +55 (11) 3045 7363 www.bdobrazil.com.br		
DATA DO CONTRATO	24/02/2017	VALOR DO CONTRATO	R\$ 247.581,78
SERVIÇOS CONTRATADOS	Execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, quanto à posição financeiras e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF.		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	O contrato assinado com a licitante em 29/02/2016 teve vigência prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados de 1º/03/2017 a 28/02/2018 podendo, a critério da Contratante, e sob condições vantajosas, ser prorrogado mediante termo aditivo, por sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.		

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

O CAU/AL tem sua gestão pautada no planejamento estratégico elaborado com o CAU/BR, com políticas, missão e valores estabelecidos e difundidos entre os colaboradores e conselheiros, com metas e indicadores acompanhados quadrimestralmente. Dentro das diretrizes orçamentárias, é destinado um percentual para capacitação e treinamentos dos mesmos. O CAU/AL em 2017 está em fase de implantação do GESPÚBLICA, programa desenvolvido pelo Ministério do Planejamento que visa a excelência na gestão pública.

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas - CAU/AL - tem seu núcleo de base formado pela seguinte ordem:

Contratação de Livre Provedimento e Demissão:

01 - Diretora Geral;

01 - Gerente Administrativo/Financeiro

01 - Gerente Técnico;

01 - Assessor Especial;

Contratação através de Concurso Público:

01 - Analista de Fiscalização;

01 - Assistente de Registro e Atendimento;

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2	2	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	2	2	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2	2	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	4	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	6	6	0	0

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	4	2

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

No que tocante ao quadro executivo do CAU/AL, buscou-se preenchimento dos cargos específicos por mão de obra especializada para a função destinada.

Análise Crítica

Considerando as atividades do CAU/AL, os profissionais que compõem o organograma de governança do Conselho possuem expertise para desempenho de suas funções, garantindo segurança nas ações, bem como, a eficácia nos resultados pretendidos pelo planejamento.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	6	6	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	4	4	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	6	6	0	0

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

06 (seis) servidores. Dentre esses 04(quatro) são de livre provimento e demissão e 02(dois) são provenientes de Concurso Público

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

A composição entre às áreas meio e fim, definiu-se da seguinte forma: Direção Geral, Gerência Administrativa e Financeira, Gerencia Técnica, Assessoria Especial e Assistente de Registro e Atendimento denominadas como área meio, e Analista de Fiscalização como área fim.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

Considerando que a maior parte dos funcionários deste Conselho é formada por Cargos Comissionados frente a não comissionados, vale destacar que quando da instalação do CAU/AL, as atividades Administrativas, Financeiras e Técnicas eram distribuídas entre 02 (dois) funcionários, assumindo cargos de Livre Provisão e Demissão, após um período de aproximadamente de 01 (um) ano de atuação, viu-se a necessidade de contratação de pessoal para distribuir os cargos, ora acumulados entre os primeiros contratados - com a prerrogativa de termos por lei, o prazo de 2 (dois) anos para confecção de Edital para Concurso Público, ocorrendo em dezembro de 2013, somente no decorrer da elaboração e planejamento das contratações, viabilizou-se a contratação de 01 (um) analista de fiscalização e 01 (um) assistente de registro e atendimento, adotando o banco de reserva para futuramente ocorrerem novas contratações. Em março de 2014, fez-se a primeira contratação de um assistente de registro e atendimento e em abril do Analista de Fiscalização. A implementação não foi maior, pois acompanhamos e respeitamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo não tendo a obrigatoriedade, TCU recomenda que adotemos esta Lei, assim como as diretrizes para elaboração do plano de ação e orçamento do CAU/BR.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

Não se aplica.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Não se aplica.

Não se aplica à entidade

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

ANEXO - Despesas com Pessoal - Vide anexo do t3pico 6.1.2 no final da se373o

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS

Exames de saúde laboral; EPI - Equipamento de Proteção Individual para suprir a Fiscalização.

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

O CAU/AL não contratou no exercício 2016 mão-de-obra temporária.

6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O CAU/AL não possui área específica responsável pela gestão de TI por existir um centro de serviços compartilhados que gera uma série de vantagens para os CAU/UF e para a comunidade dos arquitetos e urbanistas como a melhor prestação de serviços em todo o país e de maneira uniformizada; economia de escala na compra de tecnologias e treinamento dos atendentes; e facilidade de atualização tecnológica, uma vez que o mesmo sistema será usado em todas as unidades da federação.

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) gerencia serviços como o Sistema de Comunicação e Informação do CAU (SICCAU) e o Sistema de Inteligência Geográfica (IGEO), além de informações contábeis e gerenciais internas do CAU. Os custos são compartilhados entre o CAU/BR e os CAU/UF, em conformidade com as obrigações respectivas estabelecidas pela Lei 12.378/2010.

6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

Descrição sucinta do Plano Estratégico/Diretor de TI (PDTI)

Não se aplica.

Atividades do Comitê Gestor de TI

Processos de gerenciamento de serviços TI implementados

Medidas tomadas para mitigar dependência tecnológica de empresas terceirizadas

SISTEMAS EM PRODUÇÃO

PROJETOS DE TI

Análise crítica sobre os Projetos de TI

Avaliação de Riscos à continuidade do projeto

Informações adicionais

O CAU/AL, em conjunto com o CAU/BR, conta com o atendimento do Centro de Serviços Compartilhados-CSC, conforme definido na Resolução n. 92 do CAU/BR, de 10 de outubro de 2014, que compreendem os seguintes serviços:

a) Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) nos módulos:

1 - Gerencial: Orçamentário, Financeiro e Contábil, Centro de Custo, Patrimônio, Passagens e Diárias, Almoxarifado, Compras e Contratos;

2 - Corporativo e Ambiente Profissional;

3 - Sistema de Informação Geográfica;

b) Serviço de DATA CENTER;

c) Rede Integrada de Atendimento (RIA), compreendendo:

- 1 - Serviço de Tele Atendimento Qualificado (TAQ);
- 2 - Serviço Telefônico de Tele Atendimento 0800;
- 3 - Rede Social Corporativa dos Arquitetos e Urbanistas;
- 4 - Atendente Virtual.

Despesas com Pessoal - Anexo do t3pico

6.1.2



6.1.2 Despesas c/ Pessoal

O quadro abaixo foi realizado com os seguintes critérios:

DESPESAS COM PESSOAL		
CATEGORIAS	2015	2016
Vencimentos e Vantagens	304.597,77	501.789,02
Encargos Sociais	97.220,09	114.746,11
Retribuições		
Gratificações		
Adicionais		
Indenizações	32.300,00	26.175,00
Benefícios Assistenciais e Previdenciários		
Demais Despesas Variáveis		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Decisões Judiciais		
TOTAL	401.817,86	642.710,13

O campo INDENIZAÇÕES compreende as despesas do **CAU/AL** a título de diárias e traslados pago aos servidores nos respectivos exercícios. Segregados da seguinte forma:

Diárias		
CATEGORIAS	2015	2016
Funcionários	32.300,00	26.175,00
Comissionados	19.675,00	15.225,00
Efetivos	12.625,00	10.950,00
Conselheiros/Convidados	33.796,00	15.845,00
TOTAL	66.096,00	42.020,00

No campo Benefícios Assistenciais e Previdenciários composto pelos benefícios (vale transporte, auxílio alimentação e plano de saúde) os funcionários do **CAU/AL** não recebem tais benefícios.

Os quadros de despesas com pessoal e benefícios assistenciais e previdenciários não foram realizados conforme o modelo sugerido, devido ao atual sistema de folha de pagamento não possibilitar a segregação dos valores pagos de acordo com a forma de contratação (Efetivos, Comissionados e Temporários). Contudo, no quadro 6.1.1 Estrutura de Pessoal foi informado à disposição numérica dos servidores pela sua forma de contratação.

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 CANAIS DE ACESSO

Canais de atendimento:

Telefones fixos nos números 3313 3506 /3313 3508; Fanpage do facebook; e-mails de atendimentos gerais e sobre fiscalizações; atendimento presencial; e via sistema SICCAU.

Horários de atendimentos: 13h às 19h, de segunda à sexta.

Demandas por canais: SICCAU: 1.418 processos; Telefone: 2.317 via telefone; E-mail: 630; Presencial: 762; Redes sociais: 2015 via Facebook ou Whatsapp. Total de atendimentos: 5.332, tendo como média de 20,19 atendimentos / dia.

O CAU/AL aplica pesquisa de satisfação presencial e/ou envia link da pesquisa virtualmente, tendo uma média de 9,7 de aprovação.

Total de atendimentos: 5.332, tendo como média de 20,19 atendimentos / dia;

Houve uma redução de 17,71 % nos atendimento do CAU/AL, referente a 2015, visto que atendimento on line realizado através de chat, lançado pelo CAU/BR no mês de julho do ano passado tem ajudado a categoria a sanar problemas de forma mais rápida e prática.

Não houve registros de reclamações e/ou sugestões

7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

O CAU/AL aplica pesquisa de satisfação presencial e/ou envia link da pesquisa virtualmente, tendo uma média de 9,7 de aprovação. A pesquisa de satisfação é divulgada semestralmente aos arquitetos em formato de matéria no site do CAU/AL (ver: <http://www.cau.br/?p=8909>) e nas prestações de contas dos quadrimestres ao CAU/BR, conforme metas estabelecidas no planejamento estratégico do CAU.

O portal da transparência já está implantado (ver: <http://transparencia.cau.br/>)

7.3 TRANSPARÊNCIA

Introdução

O Portal da Transparência do CAU/AL tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

A ferramenta atende à Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação, que normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos. Os procedimentos para o cumprimento da legislação são detalhadas no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas pela Portaria Normativa CAU/AL nº 02/2016.

Ender eço do portal da transpar ência

<http://transparencia.cau.al.gov.br/>

Informações disponíveis ao Cidadão

Análise crítica

7.4 ACESSIBILIDADE

O CAU/AL está localizado em um edf. Comercial, e as rotas que comunicam o exterior com interior estão adequadas e livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade. O edf. Também dispõe de estacionamentos com reservadas de vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente. Os banheiros estão em conformidade.

A sede do CAU/AL, localizada na loja 08 do edf. permite acesso fácil aos setores de atendimento, fiscalização, reuniões, protocolo e auditório.

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

Na análise entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Realizadas no exercício de 2016, constatou-se Superávit Orçamentário no valor de R\$ 52.727,73 (cinquenta e dois mil setecentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos).

RESULTADO FINANCEIRO:

Na análise procedida no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, verificou-se que o CAU/AL obteve Superávit Financeiro no valor de R\$ 118.791,43 (cento e dezoito mil setecentos e noventa e um real e quarenta e três centavos).

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO:

Receitas Correntes - A receita corrente do exercício de 2016 foi orçada no montante de R\$ 1.081.617,00 (um milhão, oitenta e um mil, seiscentos e dezessete reais). A arrecadação atingiu o valor de R\$ 1.049.575,29 (um milhão, quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos), correspondendo 97,04% do valor orçado. A baixa arrecadação é reflexo da crise econômica que o país vem sofrendo;

Despesas - O CAU/AL provisionou para o exercício de 2016 o valor de R\$ 1.442.725,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais), sendo executado o montante de R\$ 1.281.714,62 (hum milhão, duzentos e oitenta e um mil setecentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos), correspondendo 88,84% de sua proposta orçamentária.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO:

O resultado orçamentário do CAU/AL obtido no exercício de 2016 foi um superávit orçamentário de R\$ 52.727,73 (cinquenta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos), conforme detalhado a seguir:

Receita Arrecada no Exercício de 2016 -----	R\$ 1.049.575,29
(-) Despesa Realizada no Exercício de 2016-----	R\$ 996.847,56
(=) Superávit Orçamentário do Exercício de 2016-----	R\$ 52.727,73

8.2 NCASP

Conselho adotou as normas NCASP no exercício? **Sim**

Justificativa

Segundo a NBCT 16 as entidades abrangidas pelo campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público devem observar as normas e técnicas próprias, considerando o seguinte escopo integralmente, as entidades governamentais (participantes do orçamento fiscal e da seguridade social), os serviços sociais e os conselhos profissionais, sendo o CAU/AL uma entidade que se insere neste último item descrito.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo

Os critérios e procedimentos adotados pelo CAU/AL são os estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Método linear.

Taxas utilizadas para os cálculos

Taxas de 10% a 20% ao Ano.

Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

As disponibilidades, créditos, dívidas, estoques e investimentos foram avaliados segundo os custos de aquisição. Informo ainda que não foram realizados testes de recuperabilidade dos ativos.

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício

As normas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 são aplicáveis à Entidade. Como Impacto, tivemos o valor de R\$ 104.115,19 (cento e quatro mil, cento e quinze reais e dezenove centavos), valor referente à Depreciação e Amortização nas Variações Patrimoniais Diminutivas.

Informações adicionais

8.3 APURAÇÃO CUSTOS

Para a apuração dos custos o CAU/AL atua com o acompanhamento de sua Execução Orçamentária e Financeira por meio de relatórios gerenciais de receitas e despesas, realizados trimestralmente e analisados pela Comissão de Administração e Finanças do CAU/AL, em seguida e remetido ao Plenário do CAU/AL para assim, após aprovação, ser encaminhado para apreciação da Comissão de Finanças do CAU/BR e homologação no Plenário do CAU/BR, conforme estipulado na Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015.

8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Notas Explicativas - Notas explicativas referentes ao exercício 2016 - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

Balanço Financeiro.pdf - Balanço
Financeiro - Anexo do tópico 8.4

Balço Financeiro

INGRESSOS			DI SPÊNDIOS		
ESPECIFIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.049.575,29	1.032.049,15	Despesa Orçamentária	1.281.714,62	971.064,86
RECEITA REALIZADA	1.049.575,29	1.032.049,15	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		
RECEITA CORRENTE	1.049.575,29	1.032.049,15	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	10.029,40	971.064,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	403.206,18	411.407,42	CREDITO EMPENHADO - PAGO	1.271.685,22	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	403.206,18	411.407,42	DESPESA CORRENTE	986.818,16	
ANUIDADES	403.206,18	411.407,42	PESSOAL	527.964,02	
RECEITA DE SERVIÇOS	497.263,95	517.319,68	MATERIAL DE CONSUMO	10.667,74	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.142,89	4.157,94	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	36.148,22	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	493.853,60	513.161,74	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	268.172,54	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	267,46		ENCARGOS DIVERSOS	20.386,64	
FINANCEIRAS	62.559,41	84.309,33	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	123.479,00	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.514,41	11.987,36	DESPESA DE CAPITAL	284.867,06	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	50.045,00	72.321,97	INVESTIMENTOS	284.867,06	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	16.982,40	19.271,93			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	33.062,60	53.050,04			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	74.896,03	250,11			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.649,72	18.762,61			
MULTAS DE INFRAÇÕES	7.759,45	18.532,08			

INGRESSOS			DI SPÊNDIOS		
ESPECIFI CAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFI CAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.879,26				
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	11,01	230,53			
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		971.064,86
			DESPESA CORRENTE		971.064,86
			PESSOAL		434.117,86
			MATERIAL DE CONSUMO		6.704,46
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		33.796,00
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		381.176,55
			ENCARGOS DIVERSOS		32.130,55
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		83.139,44
			DESPESA DE CAPITAL		
			INVESTIMENTOS		
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	849.316,62	1.698.794,48	Pagamentos Extraorçamentários	848.750,83	1.736.717,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	10.029,40		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	13.215,34	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	70.829,95		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	70.829,95	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	768.457,27		Outros Pagamentos Extraorçamentários	764.705,54	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	416.958,02	393.896,31	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	185.384,48	416.958,02
Caixa e Equivalente de Caixa	416.958,02		Caixa e Equivalente de Caixa	185.384,48	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		

INGRESSOS			DI SPÊNDIOS		
ESPECIFIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	2.315.849,93	3.124.739,94		2.315.849,93	3.124.739,94

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

Balanço Orçamentário.pdf - Balanço
Orçamentário - Anexo do tópico 8.4

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.168.243,00	1.081.617,00	1.049.575,29	-32.041,71
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	454.661,00	421.604,00	403.206,18	-18.397,82
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	454.661,00	421.604,00	403.206,18	-18.397,82
ANUIDADES	454.661,00	421.604,00	403.206,18	-18.397,82
RECEITA DE SERVIÇOS	637.373,00	514.976,00	497.263,95	-17.712,05
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	3.142,89	3.142,89
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	637.373,00	514.976,00	493.853,60	-21.122,40
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	267,46	267,46
FINANCEIRAS	56.209,00	60.141,00	62.559,41	2.418,41
JUROS/MULTA DE MORA SOBRE ANUIDADES	26.209,00	30.141,00	12.514,41	-17.626,59
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	30.000,00	30.000,00	50.045,00	20.045,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	16.982,40	16.982,40
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.000,00	30.000,00	33.062,60	3.062,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	74.896,00	74.896,03	0,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00	10.000,00	11.649,72	1.649,72
MULTAS DE INFRAÇÕES	20.000,00	10.000,00	7.759,45	-2.240,55
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	3.879,26	3.879,26
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	11,01	11,01
RECEITA DE CAPITAL	200.000,00	361.108,00	0,00	-361.108,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		200.000,00	361.108,00	0,00	-361.108,00	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE		200.000,00	361.108,00	0,00	-361.108,00	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		1.368.243,00	1.442.725,00	1.049.575,29	-393.149,71	
DÉFICIT		0,00	0,00	232.139,33	0,00	
TOTAL		1.368.243,00	1.442.725,00	1.281.714,62	-161.010,38	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.158.215,00	1.080.117,00	996.847,56	996.847,56	986.818,16	83.269,44
PESSOAL	549.783,00	533.168,67	527.964,02	527.964,02	527.964,02	5.204,65
PESSOAL E ENCARGOS	511.278,00	501.936,65	501.789,02	501.789,02	501.789,02	147,63
DIÁRIAS	38.505,00	31.232,02	26.175,00	26.175,00	26.175,00	5.057,02
MATERIAL DE CONSUMO	9.400,00	10.791,82	10.667,74	10.667,74	10.667,74	124,08
MATERIAL DE CONSUMO	9.400,00	10.791,82	10.667,74	10.667,74	10.667,74	124,08
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	41.766,00	43.158,37	36.148,22	36.148,22	36.148,22	7.010,15
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	20.800,00	21.347,37	20.303,22	20.303,22	20.303,22	1.044,15
DIÁRIAS	20.966,00	21.811,00	15.845,00	15.845,00	15.845,00	5.966,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	384.259,00	344.012,01	277.966,94	277.966,94	268.172,54	66.045,07
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	164.235,00	122.110,70	111.912,00	111.912,00	107.412,00	10.198,70
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	15.500,00	15.296,73	15.296,73	15.296,73	13.529,73	0,00
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	0,00	1.601,00	0,00	0,00	0,00	1.601,00
SERVIÇOS PRESTADOS	173.524,00	180.854,25	132.925,60	132.925,60	129.398,20	47.928,65
PASSAGENS	31.000,00	24.149,33	17.832,61	17.832,61	17.832,61	6.316,72
ENCARGOS DIVERSOS	25.500,00	24.647,13	20.621,64	20.621,64	20.386,64	4.025,49
ENCARGOS DIVERSOS	25.500,00	24.647,13	20.621,64	20.621,64	20.386,64	4.025,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	147.507,00	124.339,00	123.479,00	123.479,00	123.479,00	860,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	37.990,00	37.990,00	37.990,00	37.990,00	37.990,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	32.028,00	8.860,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	860,00
FUNDO DE RESERVA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	77.489,00	77.489,00	77.489,00	77.489,00	77.489,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	200.000,00	361.108,00	284.867,06	284.867,06	284.867,06	76.240,94
INVESTIMENTOS	200.000,00	361.108,00	284.867,06	284.867,06	284.867,06	76.240,94
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	170.000,00	230.000,00	215.322,55	215.322,55	215.322,55	14.677,45
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	30.000,00	131.108,00	69.544,51	69.544,51	69.544,51	61.563,49
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	10.028,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.368.243,00	1.442.725,00	1.281.714,62	1.281.714,62	1.271.685,22	161.010,38
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.368.243,00	1.442.725,00	1.281.714,62	1.281.714,62	1.271.685,22	161.010,38

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	13.215,34	13.215,34	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	803,29	803,29	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	12.412,05	12.412,05	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	13.215,34	13.215,34	0,00	0,00

Balanço Patrimonial.pdf - Balanço
Patrimonial - Anexo do tópico 8.4

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	754.767,57	475.240,53	PASSIVO CIRCULANTE	66.593,05	55.850,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	185.384,48	416.958,02	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	556.558,40	41.706,09	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.824,69	16.576,42	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.029,40	13.215,34
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	56.563,65	42.634,96
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	909.772,00	562.443,58	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	909.772,00	562.443,58	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	149.772,00	83.022,35	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	760.000,00	534.900,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	0,00	55.478,77	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	66.593,05	55.850,30

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.597.946,52	981.833,81
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.597.946,52	981.833,81
TOTAL	1.664.539,57	1.037.684,11	TOTAL	1.664.539,57	1.037.684,11
ATIVO FINANCEIRO	185.384,48	433.534,44	PASSIVO FINANCEIRO	66.593,05	45.761,16
ATIVO PERMANENTE	1.479.155,09	604.149,67	PASSIVO PERMANENTE	0,00	10.089,14
SALDO PATRIMONIAL				1.597.946,52	981.833,81

Compensações

ESPECIFICAÇÃO		Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO		Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos		Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas		0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas		0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados		0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas		0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais		0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais		0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo		0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	118.791,43	387.773,28

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

Demonstrativo das Variações
Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais - Anexo do tópico
8.4

Variações Patrimoniais

VARI AÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARI AÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.691.696,24	1.071.026,11	VARI AÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.075.583,53	1.007.493,24
CONTRIBUIÇÕES	935.539,67	435.039,00	PESSOAL E ENCARGOS	515.717,71	407.515,92
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	935.539,67	435.039,00	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	515.717,71	407.515,92
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	935.539,67	435.039,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	515.717,71	407.515,92
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	487.099,15	517.319,68	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	420.215,96	516.837,88
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	487.099,15	517.319,68	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	10.667,74	6.704,46
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	487.099,15	517.319,68	CONSUMO DE MATERIAL	10.667,74	6.704,46
VARI AÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	55.922,50	99.654,71	SERVIÇOS	360.911,80	479.403,10
JUROS E ENCARGOS DE MORA	14.656,36	46.604,67	DIARIAS	42.020,00	66.096,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	14.656,36	46.604,67	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	38.135,83	28.020,71
OUTRAS VARI AÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	41.266,14	53.050,04	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	280.755,97	385.286,39
MULTAS SOBRE ANUIDADES	41.266,14	53.050,04	DEPRECI AÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	48.636,42	30.730,32
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	74.896,03	250,11	DEPRECI AÇÃO	48.636,42	30.730,32
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	74.896,03	250,11	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	123.479,00	83.139,44
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	74.896,03	250,11	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	123.479,00	83.139,44
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	127.268,64	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	123.479,00	83.139,44
REAVALI AÇÃO DE ATIVOS	127.268,64	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	16.170,86	0,00
REAVALI AÇÃO DE IMOBILIZADO	127.268,64	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	16.170,86	0,00
OUTRAS VARI AÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.970,25	18.762,61	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	16.170,86	0,00
VARI AÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	11,01	230,53			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	11,01	230,53			
DIVERSAS VARI AÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.959,24	18.532,08			
MULTAS ADMINISTRATIVAS	7.079,98	18.532,08			
INDENIZAÇÕES	3.879,26	0,00			
Total das Variações Ativas :	1.691.696,24	1.071.026,11	Total das Variações Passivas :	1.075.583,53	1.007.493,24

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	616.112,71	63.532,87
Total	1.691.696,24	1.071.026,11	Total	1.691.696,24	1.071.026,11

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 415310-0
842.608.404-44

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARI AÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARI AÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	284.867,06	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf -
Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo
do t3pico 8.4

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.049.575,29	1.032.049,15
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	403.206,18	411.407,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	403.206,18	411.407,42
ANUIDADES	403.206,18	411.407,42
RECEITA DE SERVIÇOS	497.263,95	517.319,68
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.142,89	4.157,94
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	493.853,60	513.161,74
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	267,46	0,00
FINANCEIRAS	62.559,41	84.309,33
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.514,41	11.987,36
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	50.045,00	72.321,97
MULTAS SOBRE ANUIDADES	16.982,40	19.271,93
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	33.062,60	53.050,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	74.896,03	250,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.649,72	18.762,61
MULTAS DE INFRAÇÕES	7.759,45	18.532,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.879,26	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	11,01	230,53
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.698.794,48
OUTROS INGRESSOS	839.287,22	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPESA CORRENTE	986.818,16	0,00
PESSOAL	527.964,02	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	10.667,74	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	36.148,22	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	268.172,54	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	20.386,64	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	123.479,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.736.717,06
DESPESA CORRENTE	0,00	971.064,86
PESSOAL	0,00	434.117,86
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	6.704,46
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	33.796,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	381.176,55
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	32.130,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	83.139,44
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	848.750,83	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	53.293,52	23.061,71
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	284.867,06	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-284.867,06	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-231.573,54	23.061,71

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	416.958,02	393.896,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	185.384,48	416.958,02

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL.000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL.000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

Notas Explicativas - Notas explicativas
referentes ao exercício 2016 - Anexo do
tópico 8.4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS – CAU/AL.

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas no Regimento Geral, Resolução CAU/BR nº 033/2012.

A sede do CAU/AL está localizada na Av. Comendador Gustavo Paiva, n.2789 Manguabeiras, Ed. Norcon Empresarial – Loja 08, CEP: 57.038-900, Maceió – AL.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas pela Diretoria em 11 de março de 2017.

2. Principais Diretrizes Contábeis

A partir de 01/01/2012, a Contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/AL foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

3.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.



3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

4. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, representando, portanto, uma posição estática.

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

4.1. Ativo Circulante

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

4.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/16 no valor de **R\$ 185.384,48** (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), se apresentam da seguinte forma:

a) Bancos c/ Movimento

O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 185.384,48** (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.



b) Disponibilidade em Trânsito

O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 0,00**, refere-se à restituição de suprimento de fundos pendente na data de encerramento do exercício, com previsão de compensação no primeiro dia útil do exercício de 2017.

c) Bancos c/ Vinculada

Não se aplica a este conselho.

d) Bancos c/ Aplicações Financeiras

O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 165.238,22** (cento e sessenta e cinco mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

e) Disponível em Moeda Estrangeira

Não se aplica a este conselho.

4.1.2 Créditos a Receber

a) Devedores da Entidade

Registra o valor a receber de **R\$ 12.824,69** (doze mil oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos), conforme demonstração abaixo:

1) Banco do Brasil – R\$ 10.789,90

O valor de **R\$ 10.789,90 (dez mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)** refere-se valores a receber de IOF retidos pelo Banco do Brasil.

2) Diário Oficial da União – dezembro de 2016

O valor de **R\$ 2.034,79** (dois mil e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos), refere-se a saldo residual para uso de publicações no DOU o qual se exige caução antecipada no mês de dezembro de 2016.

**b) Entidades Públicas Devedoras**

Registra o valor de **R\$ 0,00**, se refere ao adiantamento de recolhimento de IRRF, IRPJ/PIS/COFINS/CSLL.

c) Depósito Judicial

Não se aplica a este conselho

4.1.3 Estoque – Almoxarifado

Não se aplica a este conselho

4.2 – Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante é composto pelos Créditos a Longo Prazo, pelo Imobilizado e Intangível. No mês de dezembro/2016 realizamos o levantamento patrimonial através da empresa Santa Rosa Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S, CNPJ 22.130.937/0001-14.

4.2.2 Créditos a Longo Prazo

Não se aplica a este conselho.

4.2.3 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. A composição do Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 31/12/2016 é de **R\$ 909.772,00** (novecentos e nove mil setecentos e setenta e dois reais), composto da seguinte forma:

Móveis e Utensílios	R\$	125.744,00
Máquinas e Equipamentos	R\$	0,00
Equipamentos de Processamento de dados	R\$	24.028,00
Sala	R\$	760.000,00

Total do Imobilizado **R\$ 909.772,00**

Todos os bens imobilizados, encontram-se registrados em sistema informatizado SISPAT.NET.



4.2.4 Intangível

Não se aplica a este conselho

4.2.5 Depreciação e Amortização

A depreciação dos bens móveis foi calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação após o laudo patrimonial foi individualizada por cada bem.

A metodologia adotada conforme Laudo Patrimonial foi a Pesquisa Mercadológica, a empresa responsável pela elaboração do Laudo Patrimonial foi a empresa: Santa Rosa Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S, CNPJ: 22.130.937/0001-14.

A contabilização foi realizada conforme orientações no Manual de Procedimentos Contábeis Específicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

4.3 Passivo Circulante

O passivo a curto prazo, está demonstrado no balanço patrimonial como circulante, destacando-se as seguintes obrigações:

a) Restos a Pagar Processados – 2016

 O valor escriturado na conta de Restos a Pagar Processado do Exercício de 2016 em 31/12/2016 é de **R\$ 10.029,40** (dez mil e vinte e nove reais e quarenta centavos). A escrituração obedeceu às normas do artigo 36 da Lei nº 4.320/64.

b) Obrigações de Repartições a Outros Entes

Não se aplica a este conselho.

c) Provisões de Férias, INSS, FGTS e PIS

 Está registrado na contabilidade na conta de Provisões em 31/12/2016, o valor de **R\$ 56.563,65** (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos), cuja composição é a seguinte:



Férias	R\$ 43.510,53
INSS	R\$ 9.137,21
FGTS	R\$ 3.480,81
PIS s/ Folha de Pagamento	R\$ 435,10
Total de provisões em 31/12/2016	R\$ 56.563,65

Observação:

- a) O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme manual de orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- b) O procedimento de provisão começou a ser adotado a partir do exercício de 2013.

d) Provisões para Ações Cíveis a Curto Prazo

Não se aplica a este conselho

e) Consignações

- O valor registrado na contabilidade na conta de Consignações, em 31/12/2016, é de **R\$ 0,00**. As consignações se referem às retenções de INSS e Tributos Federais oriundos de pagamento de serviços prestados a PF e PJ e retenção da folha de pagamento.

f) Garantia – Caução

Não se aplica a este conselho

4.4 Passivo Não Circulante

a) Provisões para Ações Trabalhistas a Longo Prazo

Não se aplica a este conselho

b) Provisões para Ações Cíveis a Longo Prazo

Não se aplica a este conselho



4.5 Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil apresentou um **Superávit Acumulado** no valor de **R\$1.597.946,52**.

O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de **R\$ (616.112,71)**, correspondente a 62,75% em relação ao resultado acumulado do exercício de 2015.

5. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU BR apresentou no exercício de 2016 um **Superávit Patrimonial** no valor de **R\$ 616.112,71** (seiscentos e dezesseis mil cento e doze reais e setenta e um centavos). A composição do Superávit Patrimonial em 2016 foi a seguinte:

Resultado Patrimonial 2016

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 1.691.696,24
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	R\$ (1.075.583,53)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/16	R\$ 616.112,71

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2016 foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.

Resultado Patrimonial 2015

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 1.071.026,11
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	R\$ (1.007.493,24)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/15	R\$ 63.532,87



6. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016 foi um **Déficit de R\$ 232.139,33** (duzentos e trinta e dois mil e cento e trinta e nove reais e trinta e três centavos), conforme demonstração abaixo:

Resultado Orçamentário 2016

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/16	R\$ 1.049.575,29
b) (-) Crédito Empenhado até 31/12/16	R\$ (1.281.714,62)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/16	R\$ (232.139,33)

Resultado Orçamentário 2015

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/15.....	R\$ 1.032.049,15
b) (-) Crédito Empenhado até 31/12/15	R\$ (971.064,86)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/15	R\$ 60.984,29

7. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/16 é um **Superávit** no valor de **R\$ 118.791,43** (cento e dezoito mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

Superávit Financeiro 2016

(+) Ativo Financeiro

a. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/16.....	R\$ 185.384,48
--	----------------

**(-) Passivo Financeiro**

- b.** (-) Passivo Circulante em 31/12/16R\$ (66.593,05)
- c.** (-) Restos a Pagar Não Processados–2015R\$
- d.** (-) Restos a Pagar Não Processados–2016R\$

(=) Superávit Financeiro em 31/12/16R\$ 118.791,43**Superávit Financeiro 2015****(+) Ativo Financeiro**

- e.** Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/15..... R\$ 416.958,02

(-) Passivo Financeiro

- f.** (-) Passivo Circulante em 31/12/15R\$ (55.850,30)
- g.** (-) Restos a Pagar Não Processados–2014..... R\$
- h.** (-) Restos a Pagar Não Processados–2015R\$

(=) Superávit Financeiro em 31/12/15R\$ 387.773,28**8. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, volume V, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extraorçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de Restos a Pagar Não Processados e dos desembolsos extraorçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:

Ingressos

Receita Corrente	R\$ 1.049.575,29
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 0,00
Receita de Capital – alienação de bens móveis...	R\$ 0,00

**Desembolsos**

Despesa Corrente	R\$ 986.818,16
Desembolsos Extraorçamentários	R\$ 0,00
Desembolsos Despesas de Capital (investimentos).....	R\$ 284.867,06

Apuração do Fluxo de Caixa no Período **R\$ 53.293,52**

Houve um Resultado do Fluxo de Caixa e Equivalentes no exercício de 2016, no valor de **R\$ 53.293,52** (cinquenta e três mil duzentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

9. Gestão de Risco Financeiro

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas do CAU/BR.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pelo Setor Financeiro após a autorização dos ordenadores de despesas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito do CAU/AL em relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados a curto prazo em títulos do tesouro nacional, garantidos pelo Banco do Brasil S/A.

b) Risco de mercado

Para o CAU/AL não existe o risco de mercado, em razão de que as aplicações financeiras são realizadas em rendas fixas, cujas alterações no decorrer do exercício são insignificantes.

c) Risco de Liquidez

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CAU/AL não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.



10. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Maceió-AL, 24 de março de 2017.

SELMA MARIA LESSA DE MOURA

CRC AL nº 4153/ Assessoria Contábil do CAU AL

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU

Não exista processo de verificação de Prestação de Contas.

9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

Não se aplica.

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não se aplica à entidade